



## **EDITORIAL**

Caros leitores,

É com prazer que lhes apresento o número 1 do volume VII da revista E-Civitas no ano de 2014. Nesta edição, apresentam-se treze trabalhos científicos cuja pertinência temática e relevância social podem ser comprovadas por cada um de vocês.

Várias áreas do direito foram contempladas pela atual edição. Começando pelo direito comunitário internacional, o artigo “The Personal and Substantive Scope of the Eu Free Movement Rules: the Application of Horizontal Direct Effect” cuidou do direito de livre circulação de trabalhadores, serviços, bens e estabelecimentos no âmbito da União Europeia. Nele foi feita uma análise sobre como a jurisprudência da Corte de Justiça da União Europeia (ECJ) expandiu o âmbito de aplicação pessoal à essas quatro liberdades, reconhecendo a elas o efeito horizontal direto e dando margem a uma aplicação mais ampla às regras antes estabelecidas.

O contraponto entre direito e religião foi muito bem explorado pelo criterioso artigo “O Estado Democrático Brasileiro e a Busca pela Manutenção da Laicização do Direito” que procurou abordar a influência exercida por segmentos religiosos e por políticos ligados a estes na confecção do ordenamento jurídico brasileiro e se o fato do Brasil ter como um de seus princípios a liberdade religiosa, macula a laicidade do nosso Estado. Um dos objetos analisados no estudo foi a liberdade democrática conferida pela Constituição aos cidadãos brasileiros e a PEC 99/2011, que trata capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal.

O tema Justiça Fiscal, tão objetivado por nossa sociedade, foi levantado no artigo “Breves Considerações Acerca da Política de Desoneração da Folha de Pagamento no Brasil”, que cuidou que analisar as medidas governamentais de desoneração setorial, frutos do Plano Brasil Maior, começando por uma pequena abordagem dos antecedentes da política de desoneração para depois tratar dos possíveis tributos substitutivos da contribuição sobre a folha de pagamento.

Ainda na seara tributária, fazendo uma correlação com o Direito Penal, apresento-lhes o artigo “Da Tributação da Hipótese de Incidência Decorrente da Consequência Econômica do Ilícito Penal”, que tratou da possibilidade da cobrança de tributos a partir da existência de hipótese de incidência decorrente das consequências econômicas da prática do ilícito penal.

Com foco no Direito Penal, o artigo “O Complexo Fenômeno da Globalização e sua Crucial Relevância para o Estudo da Questão Criminal” buscou entender os múltiplos significados do fenômeno da globalização e seus principais atributos, avaliando seus reflexos sobre o Direito Penal moderno e sobre as perspectivas futuras da disciplina.



Já em Processo Penal, o artigo “Exame Criminológico: a Impossibilidade de Exigi-lo como Requisito à Concessão da Progressão de Regime e do Livramento Condicional” fez uma crítica às justificativas normalmente utilizadas para a aplicação do exame criminológico, visando demonstrar a impossibilidade de se exigir o referido exame como requisito à concessão dos benefícios previstos na Lei de Execução Penal.

O direito do trabalho foi objeto do artigo “O Trabalho do Médico no Brasil na Perspectiva da Constituição de 1988 e do Direito Social ao Trabalho” que buscou discutir a relação de trabalho em que se inserem historicamente os médicos brasileiros e compreender como essas relações influenciam o papel do médico, sob o ponto de vista da cidadania.

Corroborando a linha inovadora de estudos analíticos pretendida pela E-Civitas, o artigo “‘A Gente Quer Inteiro e não pela Metade’ – A Importância da Função Social dos Contratos e para uma Sobrevivência Digna” trata de harmonização do princípio da liberdade das partes com o da dignidade humana, garantindo não apenas uma contratação livre e com força obrigatória, mas um contrato que permita sobrevivência social. O título por si só, com a passagem tirada da música “comida” do Titãs, já aguça os sentidos do leitor de tal forma que a leitura torna-se irresistível.

Não menos cativante e instigante é o artigo “O Fim da História e o Último Homem”, que é, em síntese, uma análise crítica da polêmica obra do americano Francis Fukuyam, no sentido de tentar compreender as ideias e construções teóricas do autor a respeito do que este considera como o fim da História e o último homem. Nesse sentido, a autora busca expor os principais impactos da utilização desses conceitos nas relações internacionais por vir.

O Direito Ambiental não ficou de lado nesta edição. O trabalho “A Sustentabilidade como Equilíbrio entre o Desenvolvimento e a Preservação Ambiental”, abordou a problemática que nasceu do relacionamento do homem com a natureza e busca uma solução capaz de mudar a devastação ambiental do planeta. Para isso, texto faz uma crítica a respeito dos impactos ambientais e apresenta a ideia da Sustentabilidade como forma de garantir o equilíbrio entre os interesses conflitantes.

Já no campo do Direito Constitucional encontra-se o brilhante estudo “Raízes e Evolução do Estado Constitucional: a Tensão entre Constitucionalismo e Democracia” que foi até as raízes históricas para analisar como ocorreu tanto a formação quanto o desenvolvimento do Estado Constitucional, verificando a marca, nítida, do conflito permanente necessário entre o Constitucionalismo e a Democracia.

No que concerne o Direito Societário, apresento-lhes o artigo “Direito Societário e Empreendedorismo”, que cuidou do direito societário sob a ótica do empreendedorismo no Brasil. Nele foi feita uma análise de dados quantitativos, doutrinas influentes e de estratégias que, concomitantemente, elucidam a situação nacional.

Para fechar esta edição com chave de ouro, uma instigante questão foi tratada: Informar ou não Informar? O raciocínio construído para se chegar à uma resposta foi apresentado no brilhante artigo “Informar ou não Informar? A Lei e o Contrato como Fontes do Dever de



Confidencialidade”.O trabalho discutiu a dicotomia entre o desejo das pessoas de serem informadas versus uma crescente demanda pela confidencialidade de informações.

Assim, despeço-me agradecendo e parabenizando os autores que se dispuseram a publicar seus estudos nesta edição, bem como agradeço, especialmente, aos ilustres pareceristas, de tão elevado conhecimento jurídico, pelas análises e sugestões que muito acrescentaram à Revista e ao estudo do Direito de um modo geral.

Aos leitores, obrigada pela atenção e bons estudos.

**FERNANDA ARAÚJO KALLÁS E CAETANO**

**EDITORA GERAL**